

ATA DA 6° REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE DENÚNCIAS DO COMITÊ POP RUA, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Participantes Governo: Roberta Cristina (SMDHC), Thais Silva Santos (SMADS), Mary Luciana da Cunha.

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu

Participantes Organização Social: Mabel Andrade Garcia (ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICIENTE – AEB)

Convidado: Daniela Santiago (SMDHC); Giordana; Cauane Queiroz; Tião Nicomedes; Superintendente Guilherme (GCM); Roberto Donizete Juns (NDS); Patrícia Vasconcelos (NDS); Thais Silva Santos (SMADS); Cris Silva (MNPR); Alessandra Queiroz

Às 15h30min do dia 09 do mês de abril do ano de 2025, de forma online, plataforma Teams, reuniram-se os presentes para reunião mensal do subcomitê de denúncias.

A reunião foi presidida Roberta Cristina Paulino no qual pergunta aos participantes se possuem denúncias e Gisele Abreu conselheira do comitê pede a palavra.

Gisele iniciou sua fala relatando sobre o auxílio reencontro e sobre as pessoas que estão morando nas Vilas Reencontro. Ela detalhou que, para quem tem dois anos de contrato, o que se observa é que as pessoas precisam retornar ao hotel social, o que representa um retrocesso. O que se vê é que quem está ganhando e fazendo lavagem de dinheiro é a Diagonal, que ainda possui mais de 17 milhões em mãos, destacando que a Diagonal é quem está apenas lucrando. Gisele informou que tudo o que está descrito no papel, como acompanhamento com assistente social e psicológico, na prática, não está acontecendo, sendo apenas uma formalidade documental. Era para as pessoas receberem o contrato, mas isso não ocorreu.

Ela detalhou que teve uma reunião com a Diagonal, e o que ela quer entender é o que vai acontecer com as famílias que estão sendo oprimidas. Gisele questionou se existem mães com crianças que entregaram os GLH (Grupos de Liberação Habitacional) para o SAICA, porque não têm condição de cuidar delas.



Gisele também destacou que a imobiliária foi até a Vila Reencontro e que as pessoas estão sendo oprimidas para sair do local. Ela mencionou que, no momento da assinatura do contrato, o valor acordado foi de R\$1.200,00, e nada mais do que isso. A Diagonal foi até o local e informou que não estava mais administrando a situação e que os moradores teriam que pagar R\$100,00 devido a uma conta de luz. Gisele afirmou que o contrato é uma fachada e pediu uma investigação sobre a Diagonal, que precisa responder judicialmente. Ela argumentou que a Diagonal usou a vulnerabilidade das pessoas, e a maioria delas está voltando para a situação de rua.

Gisele também relatou que há mães dormindo com seus filhos no chão, pois receberam móveis apenas algumas pessoas, enquanto outras não. Ela afirmou que foi ela quem fez a denúncia e questionou onde estava essa investigação. Além disso, ela mencionou que a secretária abriu um edital para a distribuição dos móveis e pediu fiscalização do prédio, destacando que uma mãe teve o teto do local de moradia quase caindo sobre sua cabeça, inclusive atingindo crianças. Simplesmente, a imobiliária chegou no local e disse que a mãe precisava desocupar a área.

Ela detalhou ainda que a Diagonal informou que precisaria desocupar o local e destacou que os 17 milhões que foram investidos poderiam ter sido usados para a construção de muitos apartamentos e moradias. Gisele criticou a falta de políticas públicas, alegando que há mentiras em relação às promessas feitas no edital. Ela afirmou que foi colocado no edital que aconteceriam ações, mas que tudo isso é uma mentira.

Gisele também questionou como está o processo em relação aos dois anos do contrato, para onde as pessoas irão, e pediu um retorno da NDS. Ela destacou que conhece três Vilas Reencontro que estão abandonadas e afirmou que a Secretaria virou as costas tanto para a população em situação de rua quanto para o local de moradia.

Gisele ainda destaca que quer que façam um ofício para mostrar transparência sobre as pessoas dentro do auxílio reencontro. Roberta informa que irá apurar os encaminhamentos e retornar para uma próxima reunião.

Mabel Andrade, como conselheira, sugere que NDS e Diagonal sejam convocadas para comparecer à próxima reunião Ordinária para responder sobre as questões que estão



sendo levantadas. Relata que, para tornar o processo mais prático, visto que muitas vezes, mesmo com o envio de ofícios, não há resposta, ela solicita que as duas entidades sejam convocadas para a próxima reunião, levando todos os dados, como o número de pessoas atendidas e quantas pessoas estão no programa. Essa é a proposta de Mabel para o encaminhamento.

Gisele informa que Patrícia estava na reunião dos prédios e precisa responder sobre o processo das Vilas Reencontro, destacando ainda que, em uma reunião anterior, havia solicitado que a NDS comparecesse, mas não obteve resposta. Mabel então retorna e pede que a NDS faça uma prestação de contas.

Roberta retorna para a fala e destaca que anotou o encaminhamento.

Giordana, que é a próxima inscrita, pede desculpas pelo barulho, pois está na UBS. Ela informa que gostaria de entender sobre a conta de água, que veio para algumas pessoas e para outras não, e questiona por que estão mandando pessoas para a rua logo após pegarem o dinheiro. Giordana ainda menciona que está em processo de revisão da guarda de seus filhos e, com essa situação, teme perder a guarda novamente, afirmando que não aceita isso.

Roberta relata que tomará isso como encaminhamento e que está anotando as denúncias.

Cauane relata sobre o auxílio aluguel e destaca que, desde que chegou no apartamento, o proprietário pediu o local e considera isso errado, já que tem filhos e família. Ela enfatiza que agora, após muitas dificuldades, estão conseguindo se reerguer e ter suas coisas, e questiona como será possível voltar para o hotel social ou para a Vila Reencontro. Giordana também menciona que haviam dito que todos receberiam móveis, mas agora estão comprando com muitas dificuldades.

Cauane retoma a fala, expressando que acha errado que isso aconteça para uns e não para outros. Ela informa que tem um filho PCD, que está dormindo no chão, e que, por conta disso, pegou pneumonia. Cauane conclui dizendo que a situação se tornou insustentável e encerra sua fala.



Patrícia Vasconcelos, do NDS – Vila Reencontro, informa que esteve no prédio Edifício Coaraci. Relata que houve uma conversa com o proprietário e que o pedido de desocupação do imóvel foi feito por ele, devido a muitos conflitos, solicitando a rescisão do contrato. Explica que o que foi combinado é que, em 90 dias, será realizada a mudança das famílias e que não está havendo despejo. As famílias serão transferidas para outros imóveis, e a equipe foi ao local para prestar suporte, deixando claro para todas as famílias que não irão para centro de acolhida nem para a Vila Reencontro. Segundo Patrícia, essa informação é equivocada e afirma que nenhuma família perderá a moradia, reforçando que isso foi esclarecido durante a visita.

Em relação aos móveis, informa que não há previsão em portaria. Sobre a conta de água, foi esclarecido que, em caso de dúvidas, os moradores devem entrar em contato com a imobiliária, e que, se o consumo for fora do contrato, o contato deve ser feito com Daniela.

Patrícia também destaca que o Auxílio Reencontro cobre o valor do aluguel, que está em dia, e que, mesmo com a saída da Diagonal, os pagamentos continuarão sendo realizados. Informa ainda que, caso desejem, representantes do NDS poderão estar presentes na próxima reunião para esclarecer o que está sendo comentado.

Roberta agradece a Patrícia, reforça a importância da presença do NDS e informa que a próxima reunião acontecerá no dia 02/07.

Gisele pede a fala e comenta que Patrícia provavelmente não tem filhos, pois não considerou que há mães e crianças envolvidas na situação. Destaca que foi muito difícil conseguir uma vaga, tanto no caso de Cauane quanto no de Giordana, e agora estão sendo informadas de que terão que mudar em 90 dias. Relata a situação de mães que perderam a guarda dos filhos e exige explicações sobre o motivo pelo qual as famílias precisam sair do local.

Gisele afirma que o prédio é uma fachada e que a pessoa responsável é um laranja que firmou um contrato milionário. Ressalta que não aceitarão sair em 90 dias, alegando que, se estão cumprindo com suas obrigações, devem permanecer. Critica o fato de que é fácil para alguém ficar dois ou quatro meses ganhando R\$ 4.000,00, mas não é assim que se resolve a situação de uma família.



Ela também relata a dificuldade em realocar crianças nas escolas, já que algumas famílias conseguiram recentemente vagas próximas ao local onde moram, e agora, com essa possível mudança, terão que buscar novas vagas — o que é extremamente difícil, especialmente para pessoas em situação de rua, pois muitos não conseguem outro contrato e sequer uma moradia.

Gisele informa que pessoas em situação de rua querem moradia.

Roberta informa que para conseguir dar continuidade na reunião é necessário ouvir Patrícia e Roberto.

Durante a reunião, o senhor Roberto iniciou sua fala abordando a questão das vagas, esclarecendo que a gestão das vagas da Vila Reencontro é realizada pela Central de Vagas – SEPAS.

Foi informado, em resposta ao questionamento feito anteriormente pela senhora Gisele Abreu, que o NSD (Núcleo de Situações de Desabrigo) não realiza o gerenciamento direto de vagas. Especificamente sobre o caso da senhora Amanda, foi esclarecido que ela já está vinculada a um serviço de acolhimento, sendo necessário que esse próprio serviço realize a solicitação formal de vaga junto à Central de Vagas. A liberação, por sua vez, será feita exclusivamente pela equipe técnica da referida Central.

Quanto às chamadas "vilas abandonadas", foi esclarecido que, na realidade, essas unidades estão em processo de inauguração.

Por fim, foi informado que, caso haja interesse em obter informações mais detalhadas ou formalizar questionamentos, a senhora Gisele poderá fazê-lo por meio de ofício ou processo via SEI. Ressalta-se que há total interesse por parte do núcleo na inauguração das Vilas Reencontro e no pleno funcionamento desses espaços.

Roberto ainda destaca que informou a senhora Gisele Abreu que ele como assessor não poderia ver as questões de vagas por se tratar na Central verdadeiramente.

Durante a reunião, foram tratados diversos pontos relacionados à gestão das vagas e ao funcionamento das Vilas Reencontro.



Inicialmente, foi esclarecido que a verificação e solicitação de vagas é de competência da equipe técnica do serviço de acolhimento onde a pessoa está acolhida. Dessa forma, é responsabilidade dessa equipe solicitar eventual mudança ou encaminhamento, sendo a liberação da vaga realizada pela equipe técnica da Central de Vagas – SEPAS, com base na avaliação técnica do caso.

A senhora Roberta questionou ao senhor Roberto sobre o tempo de permanência das famílias nas Vilas Reencontro, perguntando se o prazo é de dois anos, com possibilidade de renovação, ou se depende do surgimento de novos projetos. Roberto esclareceu que o contrato é inicialmente de um ano, com possibilidade de renovação por mais um ano, condicionado à análise técnica feita no local. A permanência está diretamente ligada ao tipo de evolução da família dentro do programa.

Destacou-se ainda que o programa tem como finalidade promover a autonomia das famílias, e para isso é necessário que haja adesão efetiva ao programa, que é de caráter intersecretarial, envolvendo ações nas áreas de trabalho e educação, entre outras. Ao final do contrato, é feita uma nova avaliação técnica. Caso seja constatado que a família não alcançou o grau de autonomia necessário, ela é encaminhada novamente para a rede de serviços de acolhimento, e a vaga na Vila Reencontro é destinada a outra família.

Foi ressaltado que, embora não haja previsão de aditivo temporal no plano de trabalho, uma eventual permanência além dos dois anos dependerá de avaliação técnica específica das equipes envolvidas.

A senhora Roberta também questionou qual seria a próxima etapa para as famílias ao final desse processo e se o Auxílio Aluguel Reencontro seria uma possibilidade. Roberto respondeu que as famílias são avaliadas quanto ao vínculo com o trabalho e que, muitas vezes, as famílias com boa adesão ao programa saem antes do prazo, seja para buscar um imóvel próprio com auxílio ou por meio da retomada do vínculo familiar.

Em seguida, Roberta perguntou se a análise técnica é realizada pela Diagonal e não pela NDS. Roberto esclareceu que as famílias são acompanhadas pelas equipes internas das Vilas Reencontro, compostas por psicólogos e assistentes sociais, e não pela NDS.



A senhora Roberta também trouxe ao debate relatos de atrasos nos pagamentos do auxílio moradia, o que tem dificultado a permanência de algumas famílias em suas residências, citando o caso da senhora Mary Luciana. Diante disso, foi sugerida a participação da NDS nas reuniões ordinárias do comitê.

A senhora Patrícia esclareceu que, em relação aos pagamentos, o único atraso ocorreu no início de janeiro de 2025. A partir de fevereiro, os pagamentos foram regularizados, com o último depósito realizado em 05/06/2025. Patrícia informou ainda que, em casos de suposto atraso, é solicitado o nome da pessoa para verificação individual, pois, por vezes, pode haver bloqueio bancário por pendências no CPF do beneficiário junto ao Banco do Brasil.

Por fim, foi confirmado que a participação da NDS nas reuniões do comitê é possível e está aberta para contribuições.

Roberta passa a palavra para Gisele, que inicia sua fala destacando o caso de uma mulher que não quer se identificar. No início, ela recebeu normalmente, mas agora informa que a NDS está desmentida. Conforme foi falado, o próprio proprietário informou que não há pagamento há três meses. Devido ao medo de ser desligada, ela prefere permanecer anônima, mas afirma que essa situação está acontecendo em várias Vilas Reencontros e em outros equipamentos também.

Gisele destaca que estão solicitando os dados e que, durante as reuniões, as falas são sempre muito bonitas. Ela informa que essa pessoa está nessa situação desde o ano passado e ressalta que não deseja que se resolva apenas o caso da mulher mencionada, mas os demais casos também.

Gisele ainda pontua que estão desligando pessoas, e como o contrato é de dois anos, questiona por que se estabelece prazo para tudo. Destaca que pessoas em situação de rua enfrentam questões relacionadas ao álcool e outras drogas, e questiona o motivo de as refeições servidas serem exclusivamente com carne de porco.

Ela também chama atenção para o fato de que os profissionais que trabalham na cozinha, especialmente na linha de frente, estão sendo humilhados, e afirma que a alimentação é de péssima qualidade — sendo o almoço composto apenas por hambúrguer e ovo. Gisele relata ter visto que os valores destinados às ONGs e OSCs



ultrapassam 100 mil e até milhões de reais, e questiona o porquê disso. Por fim, defende que os funcionários deveriam receber vale-refeição (VR).

Gisele pede uma resposta da SMADS

Roberto informa que não há condições de continuar a conversa no momento, solicita licença e pede que seja enviada uma convocação para uma futura reunião, pois não consegue permanecer escutando o que está sendo dito. Patrícia expressa o mesmo posicionamento e destaca que a situação representa uma falta de respeito.

Roberto reforça que o prazo de dois anos previsto nesse tipo de auxílio está regulamentado por portaria, seguindo os critérios estabelecidos pela SMADS e por portaria do Governo. Informa que são recolhidas amostras e, diante da maneira como a reunião está sendo conduzida, pede desculpas, sugerindo que, em uma próxima oportunidade, os temas sejam mais bem organizados e remanejados.

Roberta pede desculpas pelo ocorrido e solicita o e-mail dos participantes para que possam ser chamados para futuras reuniões.

Por fim, Roberto informa que tentou esclarecer da melhor forma possível os pontos levantados.

Roberta solicita que permaneçam na reunião apenas para escutar Mabel.

Mabel se dirige a Patrícia e a Roberto, destacando que seria de suma importância a elaboração de um relatório com os processos do Reencontro, pois muitas vezes a linguagem utilizada é muito técnica e não é clara para a população em situação de rua (PopRua).

Ela solicita uma explicação mais plausível, reforçando a importância disso. Mabel também aborda a questão da alimentação, dizendo que é um ponto relevante e que, quando Gisele menciona valores milionários, ela se questiona sobre onde esses recursos estão sendo aplicados. Relata que, em seu serviço, ainda não houve compensação, o que significa que estão trabalhando sem remuneração.

Mabel destaca que a marmita repassada pela SMADS custa R\$ 9,47, enquanto em alguns locais o valor ultrapassa R\$ 11,00. Ressalta que, com esse montante, muitas



vezes não é possível cobrir os custos necessários. Afirma que seria necessário socializar melhor as informações financeiras. Ela relata que precisa contar com doações e ajuda externa, e que, com esse valor, não é possível oferecer café da manhã e lanche adequados. Se a SMADS não revisar esses valores, será difícil sustentar o discurso de que a alimentação está sendo auditada, especialmente considerando o custo atual. Enfatiza que há um problema pontual com a alimentação em São Paulo e sugere que essa conversa seja mais socializada.

Patrícia informa que, em relação à alimentação, não pode reiterar posicionamentos, pois sua responsabilidade está vinculada ao Auxílio Reencontro. No entanto, agradece e confirma que participará da próxima reunião.

Roberta agradece a Mabel pela fala. Em seguida, Thais pede a palavra apenas para agradecer aos colegas pela participação.

Gisele retoma a palavra para falar sobre o POT, ressaltando que não foi devidamente explicado, apenas repetido o que já era de conhecimento. Ela quer saber quando serão abertas novas vagas, mencionando que o prefeito afirmou que haveria mais de 10 mil oportunidades para a PopRua. Destaca que os cursos oferecidos atualmente são voltados apenas para questões relacionadas a substâncias e que há necessidade de diversificação. Gisele expressa frustração, dizendo que estão cansados de repetir os mesmos assuntos todos os meses sem obter respostas.

Roberta responde que, em relação ao POT, será necessária uma nova reunião específica para tratar do tema de forma adequada.

Gisele afirma que, sendo uma reunião voltada a denúncias, sua forma de falar é parte disso, e garante que não faltou com respeito a ninguém. Relata ainda que as pessoas acolhidas estão se sentindo abandonadas.

Roberta informa que, como encaminhamento, será marcada uma reunião fechada para tratar do tema com a presença de Maria Lucia. Como ela não esteve presente, o debate acabou se tornando improdutivo. No entanto, Maria Lucia já havia informado que, assim que as novas vagas fossem abertas, ela mesma traria as informações.

Encerrando os trabalhos, Roberta declara o fim da reunião às 16h09.



ENCAMINHAMENTOS:

1	Ofício Auxílio Reencontro	Solicita resposta	11/06	NDS
2	Comparecimento NDS na Ordinária de Julho	Mabel Andrade	11/06	SMDHC
3	Conversa sobre alimentação	Mabel Andrade	11/06	SMADS
4	Presença da Diagonal	Gisele Abreu	11/06	СОНАВ
5	Pot. Explicação sobre vagas e outros cursos/ Reunião.	Gisele Abreu	11/06	SMDET